

Carregando a maconha pelas fronteiras do preconceito: Os enfrentamentos das organizações canábicas no mercado farmacêutico

Carrying marijuana through the borders of prejudice: The confrontations of cannabis organizations in the pharmaceutical market

Gustavo Henrique Dias Marques¹ , Marcio Pascoal Cassandre² 

¹ Universidade Estadual de Maringá (UEM), e-mail: gustavo.h.d.marques@gmail.com

² Professor associado no departamento de Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM), e-mail: mpcassandre@uem.br

RESUMO

A maconha é uma erva bastante popular não apenas pelo seu uso recreativo, mas também por suas utilidades dentro dos âmbitos farmacêuticos. O preconceito contra esta planta, que se enraizou nas últimas décadas, tem sido a maior barreira para o acesso da *Cannabis* Medicinal dentro do Brasil, criando climas de intolerância, tanto em questões sociais quanto políticas do país. Por conta disso, existem Organizações não Governamentais (ONGs) e empresas que se especializam em ajudar aqueles que buscam tratamento com medicamentos canábicos, auxiliando em questões jurídicas e burocráticas, além de lutarem pela acessibilidade do uso medicinal da maconha. Através de um estudo exploratório, realizando entrevistas com indivíduos que trabalham em organizações canábicas, esta pesquisa procura compreender as principais dificuldades que as instituições que buscam o acesso à *cannabis* medicinal precisam enfrentar para atuar no Brasil, além de entender a forma de como estas enfrentam tamanhas adversidades. Após a análise das respostas de três entrevistados, incluindo as respostas da presidente de uma ONG, ficou aparente que o preconceito consegue afetar diretamente as suas atividades de maneira negativa, e que a principal forma de combater contra a intolerância é a disseminação da informação e cultura, de forma a contender a ignorância diante dos resultados positivos que a *cannabis* medicinal traz. Com as recentes vitórias que as organizações canábicas têm conquistado nos últimos anos, é aparente o otimismo que existe em relação ao futuro por uma maior acessibilidade das pessoas aos medicamentos dentro do território brasileiro.

Palavras-chave: Administração. Maconha. *Cannabis* Medicinal. Organização. ONGs.

ABSTRACT

Marijuana is a very popular herb not only for its recreational use, but also for its uses within the pharmaceutical field. Prejudice against this plant, which has taken root in recent decades, has been the greatest barrier to the access of medicinal *cannabis* within Brazil, creating climates of intolerance, both in social and political issues in the country. Because of this, there are Non-Governmental Organizations (NGOs) and companies that specialize in helping those who seek treatment with *cannabis* drugs, helping with legal and bureaucratic issues, in addition to fighting for the accessibility of the medicinal use of marijuana. Through an exploratory study, conducting interviews with individuals who work in *cannabis* organizations, this research seeks to understand the main difficulties that institutions that seek access to medical *cannabis* need to face in order to operate in Brazil, in addition to understanding how they face such adversities. After analyzing the responses of three interviewees, including the responses of the president of an NGO, it became apparent that prejudice can directly affect its activities in a negative way, and that the main way to combat intolerance is the dissemination of information and culture, in order to fight ignorance in the face of the positive results that medical *cannabis* brings. With the recent victories that *cannabis* organizations have conquered in recent years, the optimism that exists in relation to the future for greater accessibility of people to medicines within the Brazilian territory is apparent.

Keywords: Administration. Marijuana. Medicinal *Cannabis*. Organization. NGOs.

1 INTRODUÇÃO

A *Cannabis sativa*, mais popularmente conhecida como a maconha, se tornou o ponto principal de inúmeras discussões médicas, tendo como tópicos centrais as suas variáveis aplicações, legalidades e de seus efeitos de possibilidades tanto benéficas quanto maléficas dependendo de como é utilizada. Pode-se ressaltar a tamanha popularidade desta planta pelo seu uso recreativo e que a muitos anos tem sido o alvo do combate às drogas impulsionado por países como os Estados Unidos, que influenciou o Brasil até hoje, o que tem promovido ideologias contrárias quanto a sua utilização, principalmente em comunidades que repudiam o uso de qualquer substância que possa trazer dependências aos seus usuários.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) afirma que nos últimos anos o canabidiol é apontado como uma substância de amplo potencial para interesses terapêuticos dentro de quadros nosológicos, trazendo tratamentos para a epilepsia, esquizofrenia, doenças como Parkinson e Alzheimer, isquemias, diabetes, náuseas, câncer, e distúrbios de ansiedade, sono e de movimento, além de seu uso como analgésico e imunossupressor (CAVALCANTI; RODRIGUES FILHO; RIBEIRO, 2014). Por mais que existam dados que comprovam a competência do canabidiol no desenvolvimento de medicamentos no setor farmacêutico, ele ainda sofre barreiras formadas por motivos tanto políticos quanto sociais.

No Brasil existem organizações do terceiro setor, onde são enquadradas as instituições não-governamentais que agem em prol de iniciativas auxiliares à sociedade e sem intenções lucrativas, que atendem as necessidades públicas como a conscientização de direitos humanos, a busca pela prevenção de doenças ou a realização de ações esportivas (FERNANDES, 1994. apud FALCONER, 1999, p. 2). Tendo em conta as limitações existentes na aquisição de medicamentos com o canabidiol, o público que busca alternativas de tratamento tenta entrar em contato com ONGs e organizações da sociedade civil especializadas que auxiliam no processo legal e burocrático para adquirir os direitos de uso dos remédios.

Por mais que existem inúmeros conteúdos relacionados à utilização do canabidiol no setor farmacêutico, este estudo fará uma análise mais voltada a como uma organização do terceiro setor brasileiro consegue lidar com as diversas dificuldades que a intolerância do próprio público traz para os seus negócios e o cumprimento de sua missão. Tentando compreender como uma organização de produção e distribuição de *Cannabis Medicinal* consegue agir e interagir com as ideologias contrárias presentes nas comunidades onde atuam.

O uso da maconha tem se tornado, ao longo dos anos, um tópico adereçado com repúdio por considerável parte da população brasileira, sendo por motivos culturais ou políticos, a legalização completa da erva no país passa por incontáveis discussões e aparenta ser uma realidade distante. Mas este artigo não busca tratar se a legalização completa da *Cannabis* é viável ou não, mas mostra as possibilidades e oportunidades farmacêuticas que a planta possui e que por razões político-culturais as organizações canábicas não conseguem explorá-las para os seus produtos, razões que obrigam aqueles que poderiam ser beneficiados com os medicamentos a passar por processos extremamente burocráticos, pedindo assim, ajuda de tais instituições especializadas nos conceitos legais e na distribuição dos derivados da erva, que também traz o auxílio necessário para vencer processos judiciais para ter o acesso aos remédios.

O objetivo geral deste estudo é entender as atividades e atuação no Brasil das organizações canábicas em análise, buscando compreender a intolerância contra a maconha existente em nossa sociedade, relacionando indivíduos e seus preconceitos.

Dentro destes aspectos foram organizados três objetivos específicos. Primeiro seria refletir sobre o preconceito e a discriminação em relação ao uso da substância *Cannabis Medicinal*, entendendo seus motivos e origens dentro de nossa sociedade. Segundo, identificar quais as principais formas que afetam tanto direta quanto indiretamente as entidades que manipulam a *Cannabis sativa* para fins medicinais. E por fim, relacionar o preconceito e a sua mitigação em construção na sociedade, buscando entender o processo necessário para reduzir o impacto negativo que ideologias contrárias às atividades de manuseio da maconha trazem para as organizações que as realizam.

As pesquisas e a coleta de dados foram efetuadas realizando contato com duas organizações canábicas, a primeira sendo a Associação Brasileira de Acesso a *Cannabis Medicinal* do Rio de Janeiro, conhecida como a AbraRio, uma organização sem fins lucrativos localizada no Rio de Janeiro que tem como missão facilitar o acesso de famílias a medicamentos com base na *Cannabis* para o tratamento de diversas doenças e trazer a informação sobre os benefícios da utilização da maconha para fins medicinais. A segunda sendo a loja Coronel Cannabis localizada em Maringá no Paraná, um comércio especializado em vender produtos voltados ao uso recreativo da maconha e sua plantação para o seu uso pessoal e medicinal.

Este trabalho está dividido em quatro tópicos, além desta introdução. O primeiro traz informações sobre os conteúdos usados como base para a melhor compreensão do assunto em questão formando o referencial teórico, e o segundo aponta a metodologia utilizada para a coleta

e análise dos dados. O terceiro é a demonstração dos resultados providos pela metodologia, e por fim, as reflexões finais que são apresentadas na conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A MACONHA E SEUS ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS

A *Cannabis sativa* é uma planta que esteve presente na história do Brasil até mesmo nos primórdios de seus tempos coloniais. Se teoriza de que a planta foi trazida pelos escravos negros logo nos primeiros anos da colônia, porém na prática isso se torna difícil de acreditar devido as condições em que eram transportados para o país (sem pertences e completamente nus), além de se levar em consideração que no século XVIII a Coroa portuguesa demonstrou interesse no cultivo da maconha nas terras Brasileiras, dando até mesmo incentivo para a plantação da erva (MOTT, 1986 apud DIAS, 2021).

Nos estudos sobre a história da maconha de Carlini (2006), nos anos 30, já existia a comercialização de produtos farmacêuticos da erva, porém, foi também neste período que a sua rejeição começou a tomar forma. Na Conferência Internacional do Ópio em 1924 o Brasil já havia demonstrado uma posição bastante rigorosa quanto ao uso da *cannabis*, trazendo uma declaração de que a droga seria tão perigosa quanto o próprio ópio, mesmo que não houvesse indícios de morte por privação da droga ou crises por falta dela como as demais drogas. E, assim, foi condenado o uso da planta no país e a proibição da comercialização de produtos derivados da *cannabis* como também foi proibido o seu plantio. Isso fez com que o Brasil entrasse em conflito com qualquer tipo de uso da maconha por considerá-la como algo extremamente prejudicial para a saúde e perigosamente viciante.

Existem aproximadamente 400 substâncias dentro da planta, sendo que 60 dessas substâncias são classificadas como canabinóides. Dentro dos canabinóides existem duas substâncias que são consideradas as principais dentro de seu uso no contexto farmacológico, que são conhecidas como a Δ^9 - tetrahydrocannabinol (THC), considerado o principal componente alucinógeno dentro da composição da planta, e o canabidiol (CBD), que possuem efeitos terapêuticos sem os efeitos psicoativos do THC (PAULO, 2015).

O THC é uma resina excretada pela planta fêmea e é o principal canabidiol encontrado em sua composição química, sendo a responsável pelos seus efeitos psicoativos alucinógenos, esta resina é um agente intoxicante que a planta desenvolve como uma forma de auto-defesa,

protegendo contra a desidratação e agindo como um herbicida natural. O que traz o interesse desta substância são os seus efeitos de capacidades terapêuticas e anestésicas, tendo efeitos que ajudam contra a dor de pacientes pós-quimioterápicos e, em pequenas doses, são comparáveis até mesmo ao uso da morfina. O tetrahydrocannabinol (THC) é o componente principal dos efeitos psicoativos da planta, por isso apenas uma minúscula porcentagem de sua composição pode ser utilizada na produção de medicamentos (GONÇALVES; SCHLICHTING, 2014).

Já o canabidiol (CBD) não possui os atributos intoxicantes do tetrahydrocannabinol, na realidade ele demonstra ter uma ação inibidora aos principais efeitos do THC e é um importante fator para a sua produção sintética inibindo a potência de seus efeitos. Em relação a ambos os componentes químicos, assim diz Gonçalves e Schlichting (2014, p. 94): “Os dois podem ser caracterizados como antagônicos, altamente competitivos, sempre buscando superar o outro. Assim, quando o THC age proporcionando estágios de euforia, o CBD atua como bloqueador e inibidor”.

O CBD é o componente que tem sido mais aceito comparado aos demais canabinóides, sendo que ele não causa os mesmos efeitos intoxicantes do THC, considerados efeitos colaterais graves. Foram encontrados no composto do canabidiol efeitos sedativos e antipsicóticos que geraram grandes expectativas na sua utilização para tratamentos de doenças mentais como a esquizofrenia. Atualmente o canabidiol se encontra fora da lista de substâncias proibidas no Brasil, o que trouxe a aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para a importação de medicamentos derivados da *Cannabis sativa*. (NERI *et al*, 2018 apud LIMA, 2021).

2.2 A CANNABIS MEDICINAL

A *Cannabis sativa* é uma erva de componentes com características bastante versáteis quanto às suas possíveis utilizações. De acordo com Maciel de Paulo (2015), dentro da medicina, o THC e o CBD são as substâncias mais estudadas dentro da planta para a criação de medicamentos que auxiliam no tratamento de patologias ou nos sintomas de patologias. Por mais que existem barreiras dentro do Brasil, a *Cannabis Medicinal* tem sido utilizada por muitos outros países como terapia. Em suas conclusões, o autor também lista as principais doenças que a maconha pode ser utilizada como tratamento:

Com o isolamento das substâncias extraídas da *Cannabis*, como o canabidiol (CBD) e o delta-9-tetraidrocanabinol (THC), tornou-se possível realizar estudos científicos e concluir que essa planta apresenta propriedades terapêuticas. Muitos desses estudos comprovam que a maconha tem apresentado resultados positivos e eficazes no gerenciamento de patologias como doença de Parkinson, Alzheimer, esquizofrenia, AIDs, câncer, glaucoma, epilepsia, esclerose múltipla e também na ansiedade, insônia, perda de peso, entre outros (MACIEL DE PAULO, p. 141 a 142, 2015).

Lima (2020) nos traz um artigo do Jornal Memorial da Medicina que estuda o uso da *Cannabis* medicinal e suas aplicações no tratamento de TEA (Transtorno do Espectro Autista) ressaltando o interesse do público nos efeitos que o canabidiol pode trazer para o tratamento de distúrbios mentais e neurológicos. No artigo é descrito que ainda existem lacunas que ainda precisam ser preenchidas antes de se chegar a conclusões quanto às aplicações terapêuticas destes medicamentos para o TEA.

A legislação Brasileira regulamenta a maconha como uma substância ilícita, proibida de posse, aquisição e transporte, mas foi no final de 2014 que o Conselho Regional de Medicina liberou o uso da *Cannabis* sendo que na época o tratamento de crianças epiléticas na base do CBD ganhou notoriedade, fazendo também com que a ANVISA retirasse o canabidiol da lista de substâncias proibidas em 2015 (JESUS *et al.*, 2017).

Ainda há um longo e desafiador caminho pela frente que passa por reduzir o preconceito das pessoas sobre o assunto, pois a maioria não distingue as formas diferente usadas entre o uso recreativo (fumo) e a administração do medicamento e acham que por se tratar de um fármaco a base da maconha, podem viciar o paciente, o que não é real, já que o canabidiol em doses controladas não causa efeitos psicóticos nos indivíduos (BASÍLIO, p. 94, 2019).

2.3 O PREJULGAMENTO

Uma das principais barreiras que dificultam o progresso da *Cannabis* Medicinal dentro do território brasileiro é o prejulgamento que a sociedade tem diante da erva, podendo influenciar diretamente o âmbito político de sua legalização. Ao buscar a compreensão de preconceito, é preciso entender a sua dimensão tanto mental quanto social. De acordo com as análises realizadas por Crochík (1996), o preconceito não é de origem inata, podendo se apresentar durante o desenvolvimento individual como resultado de conflitos psíquicos e pensamentos estereótipos.

Por mais que o preconceito seja concebido no carácter do indivíduo, ele apresenta ter atributos que o torna ser uma produção de origem cultural e de expressão coletiva, levando em

Ciências Sociais Aplicadas em Revista, v. 24, n. 44, p. 198-212, semestral, janeiro-junho, 2023.

consideração que são representações culturais que configuram tais hostilidades dirigidas a ideias, objetos ou pessoas (CROCHIK, 1996). Sendo que se trata de uma planta notoriamente repudiada e por ser combatida politicamente pelo fato de ser uma droga psicoativa, qualquer menção a maconha, da forma que seja, é recebida com hostilidade por certas pessoas.

Mesmo que o CFM tenha permitido a importação do canabidiol para a realização de tratamentos, a norma publicada pelo conselho (norma 2113) em 2014 precisa ser atualizada, pelo fato de ser aplicada apenas para tratamento de epilepsia para crianças. Por conta disso profissionais de saúde que prescrevem tratamentos derivados da maconha podem ser sujeitos a serem processados pelos conselhos regionais de medicina, como consta a reportagem de Valéria França da Folha de São Paulo em outubro de 2022: “No limite, essas ações podem levar até a cassação da inscrição profissional, impedindo a pessoa de exercer a medicina no país - embora, até hoje, não exista registro de que alguém de fato tenha sido punido dessa forma” (FRANÇA, 2022).

2.4 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

São por conta dessas dificuldades que as ONGs se formaram pelo país, auxiliando famílias e profissionais da saúde perante as complexas legalidades da maconha e na disseminação de seus benefícios em usos medicinais. No artigo de Camargo (2019) ele nos cita associações de notoriedade considerável que lutam pela acessibilidade dos medicamentos canábicos. No Rio de Janeiro existem o Apoio à Pesquisa e Pacientes de *Cannabis* Medicinal (APEPI) e a Associação Brasileira Para *Cannabis* (ABRA Cannabis); na Paraíba existem a Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança (ABRACE) e a Liga Canábica; e em Minas Gerais temos a Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal (Ama+me). Sem contar com a AbraRio do Rio de Janeiro, que é o maior foco para as entrevistas das pesquisas desse artigo. Ao visitar as *homepages* dos sites oficiais de cada uma das organizações acima pode-se observar que praticamente todas elas expressam os mesmos objetivos organizacionais: disseminar o conhecimento dos benefícios que a *Cannabis* pode oferecer à sociedade, promover o direito pelo alcance do uso medicinal da erva e ajudar aqueles que se interessam pela oportunidade de um tratamento consideravelmente eficiente na base da *Cannabis*, tendo como principais clientes, famílias que tenham integrantes que sofram com doenças patológicas e

profissionais da saúde que estão cientes dos benefícios do tratamento canábico e que buscam prescrever tais medicamentos aos seus pacientes.

Por se tratar de organizações sem fins lucrativos, as organizações não governamentais são definidas como empresas do terceiro setor, que tem o poder de movimentar recursos humanos e materiais atendendo demandas sociais que o Estado originalmente não possui condições de atender (PAES, 2004 apud SILVA; DIAS, 2013). Para se contextualizar, o primeiro setor organizacional é onde se enquadra o Estado, enquanto o segundo setor é definido pelo mercado controlado pelas empresas privadas. As organizações do terceiro setor criam parcerias com o próprio governo, sendo que buscam a melhoria dos serviços públicos e complementando as atividades do próprio Estado, que por sua vez, retribui com taxas tributárias mais baixas, o que torna, dependendo da função da organização, até mesmo uma possível vantagem competitiva dentro do mercado em que atua (SILVA, 2013).

3 METODOLOGIA

As pesquisas realizadas são de caráter exploratório, com uma coleta de dados qualitativos por meio de entrevistas semiestruturadas com integrantes de instituições que tenham a *Cannabis* Medicinal como foco de suas atividades. Sendo a entrevista semiestruturada interpretada por Nunes (2016) como uma forma de flexibilidade perante a coleta de dados, em que as perguntas apresentam maior foco na raiz do problema em questão, sendo feita com questões pré-definidas, mas ainda permitindo o entrevistador a realizar perguntas incrementais ao tema durante o diálogo. Também é definida a abordagem qualitativa, sendo aquela que traz uma riqueza interpretativa aos dados, uma contextualização com detalhes e experiências únicas que busca uma maior flexibilidade na construção da informação adquirida (LAVILLE; DIONNE, 1999 apud NUNES, 2016). Basicamente por se tratar de dados mais interpretativos do que estatísticos, a abordagem qualitativa demonstrou ser a mais adequada para o estudo.

3.1 AS ENTREVISTAS

Foram realizadas remotamente três entrevistas com indivíduos que trabalham diretamente com organizações focadas na *cannabis* medicinal, duas com integrante da associação AbraRio, e uma com o dono da loja Coronel Cannabis, cada entrevista contendo entre 9 a 11 perguntas questionando sobre os ofícios, perfis, e as opiniões sobre o acesso e

aceitação da *cannabis* no Brasil dos entrevistados, além de seu ponto de vista para o futuro do setor. Também foram questionados sobre a história e desenvolvimento da organização em que trabalham, suas principais atividades e como lidam com a opinião pública diante de suas missões. Todas as entrevistas foram transcritas utilizando o site de transcrição chamado Transkriptor.

O primeiro entrevistado foi o publicitário da AbraRio, localizada no Rio de Janeiro, uma associação não governamental que busca ajudar o acesso de seus associados aos produtos medicinais canábicos enquanto luta por essa acessibilidade por todo o Brasil. O publicitário, que será denominado Entrevistado 1 (E1), esteve presente desde o começo da organização e ajuda em muitos dos ofícios da presidente da AbraRio que é a Entrevistada 2 (E2) deste trabalho. Trazendo informação sobre a *cannabis*, ambos também compartilharam de suas experiências trabalhando diretamente com os produtos medicinais da maconha. O Entrevistado 3 (E3) é o dono da loja Coronel Cannabis, localizada em Maringá no Paraná, uma loja que vende produtos voltados ao cultivo da planta e divulgação de informações sobre ela. O Entrevistado 3 demonstrou bastante conhecimento no assunto e traz uma visão de dentro do setor comercial, além de compartilhar suas experiências como dono da loja.

3.2 A ANÁLISE

A forma de análise adotada para ser aderida para os dados coletados foi com base nos fundamentos da professora Laurence Bardin (2011) que traz uma estrutura de análise de dados qualitativos, mostrando como se deve descrever os dados da maneira mais apropriada em forma de fases. A sequência de técnicas da chamada Análise de Conteúdo descritas por Bardin consiste em três fases. A primeira sendo a pré-análise, em que é realizada a organização dos documentos utilizados, assim como uma breve leitura de seus conteúdos (definida como uma leitura flutuante), a possível reformulação dos objetivos do trabalho e a criação de indicadores e hipóteses. Na sequência, a segunda fase, é a exploração do material, que consiste na categorização dos dados adquiridos pelo estudo, sendo basicamente a divisão do conteúdo dentro dos documentos selecionados em tópicos, tais categorias podem ter sua relevância dependendo do conteúdo destes documentos. Por fim, a terceira fase é o tratamento dos resultados, onde começa a interpretação dos dados e a captação de respostas encontradas dentro do material. (BARDIN, 2011 apud SOUSA, 2019).

Depois de realizar uma breve leitura das entrevistas transcritas e refletir sobre os dados coletados, um conjunto de hipóteses foram levantadas com base na comparação entre as respostas dos entrevistados, que além de apresentarem semelhanças em suas opiniões, os participantes também demonstraram experiências e conhecimentos que comprovam o levantamento de tais hipóteses, sendo entre elas:

- 1) A intolerância e o preconceito contra a utilização da *cannabis* em qualquer forma está de fato presente e afeta sim nas atividades das organizações canábicas de maneira tanto direta quanto indiretamente.
- 2) As leis e regulações que abrangem as atividades das organizações canábicas não são compatíveis com as finalidades destas empresas, obrigando as mesmas a seguirem regras e restrições que são voltadas para outros tipos de instituições tornando difícil ou até mesmo inviável o cumprimento de certas regras.
- 3) O mercado de medicamentos é rigorosamente controlado pelas grandes indústrias farmacêuticas, que nos últimos tempos têm criado barreiras de entrada para as novas organizações canábicas e dificultando as operações das mesmas.
- 4) Por mais que as dificuldades estejam bastante presentes, existe um grande otimismo quanto ao futuro da utilização da *cannabis* medicinal para aqueles que buscam trazer mais acessibilidade no Brasil, um otimismo alimentado pelas diversas vitórias políticas e sociais que o medicamento tem alcançado nos últimos tempos.

4 OS RESULTADOS

A seguir estão os resultados da análise de dados, tais informações foram interpretadas a partir das entrevistas realizadas e categorizadas em 5 tópicos selecionados por seu destaque ao tema. Todas as informações foram retiradas das respostas dos entrevistados das entrevistas previamente transcritas.

4.1 DESCRIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

4.1.1 A AbraRio

A associação possui entre 16 e 23 colaboradores e são responsáveis pela própria plantação da maconha utilizada nos medicamentos que eles mesmos produzem, que então é repassada para os seus associados através de uma prescrição médica. Atualmente eles prestam

serviço para aproximadamente 1200 associados e disponibilizam óleos, sprays e pomadas à base de *cannabis*.

A Entrevistada 2 é a presidente e fundadora da AbraRio, atualmente (2022) cursando administração para, segundo ela, adquirir conhecimento que a ajude a gerenciar a organização. O Entrevistado 1 é formado em publicidade e com experiência em mídia social faz parte da associação desde seu início.

Ao descrever a AbraRio, tanto o Entrevistado 1 quanto a Entrevistada 2 retratam claramente o objetivo da organização que, por não ter fins lucrativos, se caracteriza como uma ONG, dentro do terceiro setor brasileiro.

O principal motivo da criação da associação, em sua essência, é ajudar as pessoas que sofrem de doenças raras que os medicamentos à base de *cannabis* traz promessas de tratamento, proporcionando a venda dos remédios, auxílio jurídico para possibilitar a aquisição dos mesmos (como o *habeas corpus* para o plantio medicinal da erva), e trazendo a conscientização da eficiência da *cannabis* medicinal.

4.1.2 A Coronel Cannabis

A loja foi criada em 2017 e é descrita como sendo uma “Head Grow Shop”, um termo em inglês designado para comércios que vendem produtos relacionados a *cannabis*, a Coronel não vende a maconha em si, por ser considerado atualmente no Brasil um ato ilegal, mas vende produtos voltados ao seu uso recreativo e também de seu cultivo, procurando sempre promover a informação sobre a cultura e o uso confiante da *cannabis*, lançando até mesmo um livro recentemente chamado “Jardim de Cannabis: um guia básico para iniciar seu cultivo medicinal”.

O dono da loja é o Entrevistado 3, formado em publicidade e propaganda, ele também é formado em marketing e tem pós-graduação em administração de empresas. Quando era bem jovem, E3 se sentia indignado com a desinformação que existia sobre a maconha e sempre procurava adquirir conhecimento sobre o assunto, com a ajuda de sócios que conheceu em sua época em que vendia seda de porta em porta, ele consegue fundar a loja, vendendo produtos voltados ao uso recreativo e plantação de maconha, isso enquanto procura conscientizar o público sobre os benefícios da erva.

4.2 O Preconceito pelo ponto de vista dos entrevistados

Ciências Sociais Aplicadas em Revista, v. 24, n. 44, p. 198-212, semestral, janeiro-junho, 2023.

Trabalhando na publicidade da AbraRio, o Entrevistado 1 consegue observar como o preconceito afeta as atividades da empresa tanto direta quanto indiretamente, destacando quatro principais formas que a intolerância pode ser presenciada. Primeiro, o embaraço político que eles recebem, a organização cria propostas de lei focadas na legalização medicinal da planta, porém se deparam com opiniões que, segundo E1, trazem frases do tipo “é maconha, então não vamos liberar e é ponto final”. A segunda é o boicote que ocorre nas redes sociais, pessoas que deixam comentários pedindo para que se evite a compra dos produtos canábicos acreditando ser uma “apologia ao tráfico”. A terceira são as políticas que empresas privadas têm quanto a divulgação, em certas plataformas como o Facebook, Instagram e Youtube é necessário tomar bastante cuidado com o que se pode dizer sobre o assunto. E1 diz que pouquíssimas plataformas como o Twitter permitem uma divulgação livre sobre os seus produtos.

Os próprios aplicativos e sites podem dificultar o compartilhamento de certas postagens criadas pelas organizações canábicas tendo como intenção de proteger seus usuários de conteúdos “impróprios” ou “sensíveis”, este bloqueio de postagens pode ser causado por usuários que denunciam os *posts* considerando-os como algo inapropriado, ou pela considerada quebra nas políticas de compartilhamento de tais redes. Por último, a quarta forma seria presenciada durante workshops e palestras que a associação realiza, se tratando dos comentários maliciosos que pessoas físicas fazem durante esses eventos, entre eles advogados e médicos que são ativamente contrários aos objetivos da AbraRio.

Interação com outras empresas, sendo do setor público ou privado, pode se tornar um desafio dependendo da tolerância da gerência ou dos colaboradores das empresas em contato, vendo que se trata de produtos derivados da maconha, uma erva considerada por muitos uma droga extremamente perigosa e ilegal, até mesmo um registro no cartório pode ser algo frustrante. Entrevistado 3 afirma que viu ONGs canábicas serem feitas e desfeitas, e compartilhou as experiências que teve nos cartórios quando as mesmas estavam em seu processo de registro, por mais que se trate de um processo normal e que não houvesse lei que impedisse a criação de uma organização canábica, os próprios trabalhadores e gerentes dos cartórios resolvem o processo com uma cautela exagerada e com bastante ressentimento, tendo situações em que os próprios gerentes dos cartórios se recusaram a realizar os procedimentos, o motivo sendo, segundo E3, “pura e exclusivamente por preconceito”.

A Entrevistada 2 falou das dificuldades de conseguir médicos para prescrever os produtos da associação, mas não seria uma barreira causada tanto pelo preconceito ou intolerância, mas pelo fato de alguns profissionais da saúde, de acordo com ela, preferirem indicar outros produtos de outras indústrias farmacêuticas pelo fato deles receberem um certo percentual de suas vendas, diferente de como seria se prescrevessem produtos da AbraRio.

Para a presidente, o preconceito está presente, mas diz que ele tem diminuído bastante nesses últimos tempos e que não é o maior problema que enfrentam atualmente. E2 relata que a indústria farmacêutica tem se tornado um obstáculo laborioso por dificultar a entrada e atuação de outras formas de tratamentos dentro do mercado de medicamentos. Na sua opinião, a indústria farmacêutica tem uma influência política muito grande, e tem dificultado as organizações canábicas no Brasil pois se elas fossem politicamente e popularmente reconhecidas existiriam muitos casos de pacientes abandonando tratamentos caros para alternativas mais viáveis, trazendo prejuízos para a indústria.

Estes resultados de certa forma confirmam as hipóteses 1 e 3, o preconceito está presente e afeta a visão de indivíduos e instituições que interagem com as organizações canábicas, uma visão negativa que dificulta as suas atividades e objetivos. Por mais que a situação tenha melhorado nos últimos anos na questão da opinião pública, as indústrias farmacêuticas trazem ainda mais dificuldade de entrada e atuação das ONGs e empresas de *cannabis*, por se demonstrarem uma certa ameaça dentro do mercado de medicamentos.

4.3 As Rígidas Restrições

A ANVISA é o órgão regulamentador das questões sanitárias do país, sem ela muitas substâncias perigosas poderiam afetar a saúde dos brasileiros, mas ela acaba se tornando uma das maiores dificuldades para as organizações canábicas por causa de suas resoluções rígidas e de alta demanda para as organizações canábicas. Por se tratar da maconha, uma planta proibida de se vender no Brasil e por muitos considerada uma substância que traz dependência química semelhante a outras drogas, a ANVISA pode ser extremamente exigente com qualquer atividade relacionada à erva.

Para a AbraRio, que realiza atividades de plantio, venda e produção de produtos à base de *cannabis*, os requisitos se tornam bastante pesados para os seus compromissos. Entrevistado 1 exalta a dificuldade que a associação passa para seguir tais requisitos, como por exemplo, a

aquisição de equipamentos considerados necessários para a realização das atividades da organização, máquinas vistas como requisitos mínimos que custam entre 150 a 200 mil reais, sendo uma compra bem inviável para uma organização sem fins lucrativos consideravelmente pequena. O quesito da produção também é bastante exigente, obrigando a AbraRio a ter laboratórios de produção com metragens extremamente específicas contendo 5 diferentes tipos de ambiente para então ser considerado um laboratório adequado. Para o Entrevistado 1, existe um embaraço que dá a impressão de que foi criado para realmente dificultar a atuação das ONGs. E1 acredita que a melhor forma de facilitar a situação é quebrando aos poucos a barreira, trazendo projetos de leis e participando de conversas políticas para conseguir abrir um caminho para a acessibilidade da produção e venda do medicamento.

A resolução da ANVISA que a AbraRio precisa seguir é a RDC 327/19, a qual permite a produção e importação de produtos com base na *Cannabis* para fins medicinais, porém, como a Entrevistada 2 descreve, tal resolução é uma diretriz não compatível com as capacidades da associação, por ser voltada mais para uma indústria.

Hoje a associação, ela precisa seguir a resolução da 327 que é uma resolução para indústria, e assim, a associação, além dela ter um número de... um valor, né? De um valor que a gente recebe dos associados, por ser um valor muito pequeno, de ter muitos associados sociais, e a gente não ter ajuda nenhuma, nenhum custo, fica muito difícil pra gente, nós somos uma associação sem fins lucrativos, então pra gente estar nível industrial é muito difícil, mas a ANVISA cobra isso e a gente tem que seguir o que a Anvisa manda se não eles mandam a gente fechar, a verdade é essa. (informação verbal)¹

Por mais que a ANVISA tenha criado uma resolução voltada para a *cannabis* medicinal, ainda é sentida a falta de regras que sejam compatíveis com a estrutura que as organizações canábicas têm à disposição. Pode-se considerar que as normas que permitem às atividades de tais organizações canábicas estejam desatualizadas. E2 ressalta a necessidade das ONGs de serem levadas a sério, que existam políticos que entendam e respeitem os seus objetivos.

O Entrevistado 3 ressalta a sua visão sobre as regulações atuais da ANVISA e é possível ver que seu comentário está em concordância com a fala dos outros dois entrevistados, ressaltando a falta de clareza nas portarias criadas para o mercado de *cannabis* medicinal, principalmente por se tratar de algo, segundo ele, inédito para o país. Para ele, por mais que tenha acontecido várias vitórias políticas pela acessibilidade da *cannabis*, o setor ainda se

¹Entrevistada 2. Disponível em: [Transcrições](#)

Ciências Sociais Aplicadas em Revista, v. 24, n. 44, p. 198-212, semestral, janeiro-junho, 2023.

encontra em um estado “nebuloso”. Para E3 a resolução 327/19 da ANVISA é inviável e torna o produto ainda mais caro.

Podemos concluir que estes resultados estão de acordo com a hipótese 2, que afirma que existem de fato inconsistências dentro de regras criadas por órgãos reguladores. De acordo com os relatos dos entrevistados, as leis atualmente estão desatualizadas com relação às atividades das organizações canábicas e que seria necessário trazer o reconhecimento de sua atuação dentro do mercado.

4.4 Os Esforços pela Aceitação

Ao realizar as entrevistas, ficou bem claro a principal forma de combate contra a intolerância que se tornou a estratégia das organizações cannábicas, especialmente pelo fato de que os três entrevistados responderam à questão de como eles lutam contra as barreiras que enfrentam e a resposta foi a mesma, o uso da informação.

A divulgação de fatos e o compartilhamento de resultados empíricos da eficácia do medicamento é a maneira usada para confrontar o preconceito que, para os entrevistados, surge através da desinformação e ignorância que a muito tempo foi enraizada. O reconhecimento dos bons resultados que a *cannabis* medicinal traz no tratamento de doenças não é uma questão de credulidade, mas sim de resultados cientificamente comprovados de que os medicamentos realmente funcionam.

Como visto, a Entrevistada 2 acredita que o preconceito não é a principal adversidade que requer a atenção da AbraRio, mas a informação continua sendo a principal ferramenta em suas lutas, depois da pergunta “O que vocês fazem para combater contra todas essas dificuldades”, levando em consideração não só o preconceito, mas sim, as questões políticas e financeiras, a presidente da associação responde que é “mostrando resultados”. E2 diz sobre a importância de saber mais sobre os pacientes após proporcionar os medicamentos, tendo certeza de que o tratamento esteja surtindo efeito, saber sobre o tempo que demorou para o paciente se sentir melhor, e se não surtiu efeito, descobrir por que não, sempre auxiliando as pessoas o máximo possível. Assim, além de cumprir com o objetivo da associação de ajudar a comunidade, ela também traz os dados e informações importantes para confrontar as barreiras que enfrentam e provar que o trabalho que fazem é sério.

O Entrevistado 1 diz que é necessário pensar muito antes de responder qualquer um sobre qualquer coisa, mas no fim, o que é usado é o depoimento, cultura e informação para lutar

contra a intolerância, ressaltando que a melhor forma de vencer um argumento preconceituoso é com a inteligência, buscando explicar cada detalhe sobre o assunto e levando a cultura e a informação para as pessoas. E1 relata que qualquer chance que houver para educar e divulgar sobre o trabalho que fazem, as organizações canábicas sempre buscam fazer parte, porque sabem que essa é a melhor arma no combate contra a desinformação.

Cara, vou te falar, hoje.... até hoje está dando certo, assim, todo mundo que vem com argumento né? Preconceituoso contra a gente, a gente rebate de forma inteligente, pensa, né? Exemplos, até depoimentos que a gente tem das mães e tudo mais, dos pais com tratamentos *cannabis* que são assim essenciais pra gente poder provar que o nosso trabalho não é brincadeira, o nosso trabalho é alguma coisa séria e que leva... né? A ter um resultado realmente positivo assim, e vou te falar cara, que dos quase 900 associados que a gente está hoje, eu não sei, tipo, te falar assim, sei lá, 20 desde o início do ano (2022) que falaram: “o tratamento não está dando certo e eu vou sair da associação”, entendeu? Tipo, se existe, existe um percentual assim, muito ínfimo, muito, muito ínfimo (...) (informação verbal)²

Entrevistado 3 enfatiza a questão da ignorância, descrevendo-a como “a mãe de todo preconceito” dizendo que se uma pessoa intolerante se depara com os resultados da *cannabis*, não existiriam mais razões para que ela seja preconceituosa.

Vamos supor um médico que é contra a maconha, mas aí vê um paciente salvar, uma juíza que é contra a maconha, mas aí vê alguém ser salvo por isso ou algum empreendedor na área, sei lá... a face do preconceito cai, só que fica a ignorância, e aí a ignorância ela atrapalha a gente, por quê? Porque hoje a maior missão de todas as empresas, de todas as entidades, todas as pessoas jurídicas e de ativistas, pessoas físicas também, que lidam com a *cannabis* no Brasil hoje, a maior missão é a informação, em todas as esferas da sociedade. (informação verbal)³

A divulgação de informação é, em base, um trabalho de marketing, com o constante uso das redes sociais e estar sempre na procura de oportunidades de participação em eventos, entrevistas, palestras e outros. É de extrema importância para as organizações canábicas demonstrar seus resultados, independente de qual mídia usar, utilizando depoimentos de pais que viram a evolução de seus filhos depois do tratamento, ou pacientes que tiveram a qualidade de suas vidas extremamente ampliada. O Entrevistado 1 relata que qualquer chance que houver para educar e divulgar sobre o trabalho que fazem, as organizações canábicas sempre buscam fazer parte, porque sabem que essa é a melhor arma no combate contra a desinformação.

² Entrevistado 1. Disponível em: [Transcrições](#)

³ Entrevistado 3. Disponível em: [Transcrições](#)

Ciências Sociais Aplicadas em Revista, v. 24, n. 44, p. 198-212, semestral, janeiro-junho, 2023.

Podemos ver assim que existe um esforço a mais dentro do marketing de tais organizações comparadas a outras instituições mais convencionais. Enquanto vemos empresas que utilizam a publicidade para promover a venda de seus produtos, organizações canábicas precisam utilizar suas ferramentas para não apenas divulgar o que vendem, mas também espalhar a cultura e informação por trás de seus produtos.

4.5 O Futuro da Cannabis

Os entrevistados também foram questionados sobre o seu ponto de vista quanto ao futuro da *Cannabis* Medicinal no Brasil, se a situação das organizações canábicas ficará mais fácil daqui para a frente, tanto a presidente e o publicitário da AbraRio quanto o dono da Coronel Cannabis responderam que acreditam que a tendência é de maior aceitação dentro dos âmbitos políticos e sociais do país. Os três entrevistados demonstraram otimismo no futuro do mercado da *cannabis* por mais lento que seja. Como a Entrevistada 2 descreve, a AbraRio tem entre seus associados pessoas de todas as classes, profissões e idades, tendo entre eles funcionários públicos, deputados, médicos, militares, políticos, porteiros etc., enfatizando o alcance que a *cannabis* medicinal pode ter, o que seria algo inimaginável a muitos anos atrás.

Ao responder à pergunta sobre o futuro da *cannabis* medicinal, e se as coisas têm ficado mais fáceis, Entrevistado 1 acredita que com a disseminação da cultura as pessoas estão realmente deixando de serem preconceituosas e tendo mais aceitação ao medicamento, mas ainda acredita que vai existir conflito com a intolerância no futuro. Ele ressalta que com a disseminação pela aceitação cada vez mais crescente, também poderá aumentar a quantidade de pessoas ativamente preconceituosas contra as atividades da organização, dizendo que: “quanto mais mídia, mais se gera negativo, então quanto mais a gente aparece, quanto mais a gente fala, quanto mais a gente luta, mais aparecem pessoas que não falavam sobre aquilo, que vão se opor e tentar falar que aquilo é errado” (E1, 2022). Basicamente, aumentado o alcance das ONGs canábicas para a disseminação de informação, também se abre espaço para a exposição de opiniões intolerantes.

Por sua vez, o Entrevistado 3 afirma que, o que mais irá trazer o Brasil para a aceitação da *cannabis* medicinal será a pressão das tendências internacionais, com os países que já se usufruem de leis *pró-cannabis* demonstrando os resultados para a população brasileira que, cada vez mais, tem buscado por informação sobre o assunto. Graças à mídia, o brasileiro tem se conectado às notícias que tem afastado a sua ignorância em relação a planta, cada vez mais

pode-se ver o que acontece nos Estados Unidos e Europa, que possuem estados que aprovam o uso da *Cannabis Medicinal*.

Existe uma condução global para isso. Né? E porque também aqui dentro do Brasil, igual eu falei pra você, né? As pessoas não são burras, As pessoas são conectadas, paciente que no Brasil tem a mãe que sofre de Alzheimer, pai, um que sofre no meio de alguma condição de saúde, ele sabe que está descobrindo por cada vez mais notícia na imprensa, cada vez mais discussão sobre que a *cannabis* medicinal pode salvar a vida do parente dele. Ou dele, ou do filho dele, alguma coisa assim, então se a pessoa é indignada, ela não é ignorante, a sociedade civil está absorvendo essa briga cada vez mais. Cada vez mais pessoas estão aprendendo que a maconha não é a droga que se pensava que era (informação verbal)⁴

Por mais que a caminhada seja lenta e com grandes buracos no caminho, a aceitação da *cannabis* medicinal dentro do Brasil aparenta, para os entrevistados, ser um objetivo alcançável. Por mais que seus ideais demorem para serem compreendidos e que seja uma luta difícil, o otimismo que as organizações canábicas compartilham para o futuro dos medicamentos dentro do país tem de fato, a capacidade de se concretizar.

Podemos observar que de acordo com a fala dos entrevistados, seria uma questão de tempo e de se manter ativo para trazer a maior aceitação da *Cannabis* no Brasil, isso confirma com a hipótese 4 que diz sobre o otimismo das organizações sobre o seu futuro e que a sua luta política e social está de fato trazendo frutos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo o enraizamento do preconceito existente no Brasil, pode-se entender a grande dificuldade que as organizações canábicas enfrentam no país. Por se tratar de uma intolerância histórica, mudar o pensamento de milhares de brasileiros é uma tarefa demorada, difícil e, muitas vezes, podendo ser frustrante e esgotadora, mas para as ONGs e empresas que buscam trazer a *cannabis* medicinal para o nosso território, é uma necessidade.

Dificuldades e barreiras não são o que faltam para aqueles que desejam entrar no mercado da *cannabis* medicinal, e se manter neste território é o mesmo que fazer parte de uma luta de conscientização e afastamento da intolerância, tanto nos aspectos sociais quanto políticos, além da presença da indústria farmacêutica, notória por trazer resistência à *cannabis* como medicamento.

⁴ Entrevistado 3. Disponível em: [Transcrições](#)

Ciências Sociais Aplicadas em Revista, v. 24, n. 44, p. 198-212, semestral, janeiro-junho, 2023.

Ambas as organizações dos entrevistados entendem o preconceito que precisam enfrentar para realizar as suas atividades, e para confrontá-lo nada melhor do que a divulgação de fatos cientificamente comprovados e o compartilhamento de informações sobre a eficácia dos medicamentos criados com base na maconha, tais tarefas requerem uma grande presença e dedicação das organizações para educar a população da qual, uma boa parte sofre de ignorância e desinformação, características inimigas de qualquer organização canábica. Qualquer oportunidade que tais ONGs tiverem para compartilhar as suas conquistas e sua visão, elas se aproveitam o máximo possível.

Ultimamente tem se notado vitórias que a *cannabis* medicinal tem conquistado ao longo dos anos, durante a escrita deste trabalho, diversas notícias foram presenciadas que mostram o avanço dos medicamentos à acessibilidade dentro do Brasil. A CNN Brasil divulgou no dia 31 de janeiro de 2023 que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, sancionou uma lei que autoriza a distribuição gratuita de medicamentos à base do canabidiol no SUS (LUCA, 2023). Assim como também o G1 que divulgou que o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), Ademar Traiano, trouxe um projeto de lei que busca facilitar o acesso aos medicamentos à base de *cannabis* para o estado no dia 13 de fevereiro de 2023 (G1, 2023).

Com este estudo foi possível compreender mais sobre as atividades de uma organização canábica no Brasil, e com os resultados coletados dos três entrevistados, como ela pode afetar positivamente a comunidade que ela busca auxiliar com o tratamento à base da *Cannabis*, assim como também, o embaraço que existe para atuar no país. O preconceito é um fator preocupante e bastante presente a ser considerado, se apresentado de diversas formas tanto em debates políticos quanto na opinião do público em redes sociais e eventos, mas está longe de ser o único problema, sendo que as resoluções dos órgãos sanitários e a forte presença da indústria farmacêutica também impactam diretamente na capacidade das organizações focadas na *Cannabis* de trazerem resultados.

A aceitação pelos remédios à base da maconha tem se integrado na população lentamente, o trabalho que as ONGs têm dedicado no Brasil tem gerado frutos, por mais que demorem a crescer, tais frutos demonstram a possibilidade de se tornarem uma nova tendência que, a muitos anos atrás, era impossível de se prever.

A informação se tornou a arma de combate contra o preconceito e o embaraço político que as organizações canábicas enfrentam, é pela divulgação de seus resultados cientificamente comprovados que tais organizações tendem a provar a eficiência dos

medicamentos e mostrar a seriedade de seu trabalho. Independente das grandes dificuldades que precisam encarar hoje, as organizações canábicas as enfrentam com otimismo e com o objetivo claro de melhorar a qualidade de vida de milhares de pacientes.

É importante ressaltar que tais ferramentas de combate contra tais dificuldades não são exclusivas para as organizações canábicas, qualquer organização cujo seus produtos e/ou serviços possam ser alvo de preconceito, ou qualquer outro tipo de intolerância, pode usufruir de tais táticas para expandir em seus respectivos mercados. Podemos trazer diversos exemplos como: lojas de artigos eróticos, que atrai um certo desdém de pessoas consideradas religiosas ou conservadoras; clínicas de estética masculinas que costumam ser evitadas por homens que acreditam que visitá-las seria contra seus ideais machistas, ou sendo algo privado para homossexuais; a terceirização de cuidado idoso, embarreirado pela ideia da responsabilidade culturalmente definida, na crença de que são apenas os filhos quem deve cuidar de seus pais; lojas com artigos voltados para o público LGBTQ+ que pode ser alvo de boicotes por aqueles que desprezam as causas da comunidade, ou, ainda, produtos para o culto das religiões de matrizes africanas, tais como objetos que são marcados com estigmas na sociedade brasileira. A divulgação de informação é uma ferramenta que se demonstra eficiente para organizações não convencionais que, como qualquer outra, trazem benefícios à sociedade, empregam pessoas e contribuem com a economia tanto local, quanto do país.

REFERÊNCIAS

- BASILIO, Pamela Valera; FERREIRA, Rita de Cássia Valente. A importância do uso do canabidiol em pacientes com epilepsia. **Revista Saúde UniToledo**, v. 3, n. 2, 2019
- CARLINI, Elisaldo Araújo. A história da maconha no Brasil. **Jornal brasileiro de psiquiatria**, v. 55, p. 314-317, 2006.
- CAVALCANTI, Emmanuel F. Silveira; RODRIGUES FILHO, Salomão; RIBEIRO, Mauro L. de Brito. **Resolução CFM 2113/2014 Aprova o uso compassivo do canabidiol para o tratamento de epilepsias da criança e do adolescente refratárias aos tratamentos convencionais.** Portal CFM. 2014. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/canabidiol/motivos.php#:~:text=Muitas%20dessas%20a%C3%A7%C3%B5es%20t%C3%AAm%20um,e%20do%20movimento%2C%20>. Acesso em 19 out. 2022.
- CROCHIK, José Leon. Preconceito, indivíduo e sociedade. **Temas psicológicos**. Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, dez. 1996. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 out. 2022

DIAS, L. L.; PEREIRA DOS SANTOS, S. C. Breve história da maconha no Brasil e suas relações com a moralidade na formação da República. **Revista Aedos**, [S.I.], v. 13, n. 28, p. 281 - 322, 2021. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/116111>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

ENTREVISTADO 1. **Apêndice A** [novembro. 2022]. Entrevistador: M. Gustavo. H. D. Paraná. 2022. Disponível em: [Transcrições](#).

ENTREVISTADA 2. **Apêndice B** [dezembro. 2022]. Entrevistador: M. Gustavo. H. D. Paraná. 2022. Disponível em: [Transcrições](#).

ENTREVISTADO 3. **Apêndice C** [janeiro. 2023]. Entrevistador: M. Gustavo. H. D. Paraná. 2022. Disponível em: [Transcrições](#).

FALCONER, Andres Pablos. A promessa do terceiro setor. Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor. **Universidade de São Paulo**. 1999.

FRANÇA, Valéria. **Médicos que prescrevem tratamento com derivados de maconha viram alvo de processos**. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/10/medicos-que-prescrevem-tratamento-com-derivados-de-maconha-viram-alvo-de-processos.shtml>. Acesso em: 25 out. 2022.

GONÇALVES, Gabriel A. M; SCHLICHTING, Carmen L. R. Efeitos benéficos e maléficos da Cannabis sativa. **Uningá review**, v. 20, n. 1, 2014.

JESUS, Antônio Carlos Justo de; FERNANDES, Luis Rodrigues; ELIAS, Paloma Sampaio; SOUZA, André Ricardo Gomes de. Legalização da maconha para fins medicinais. **Revista do Curso de Direito da Universidade Braz Cubas**. v. 1, n.1, maio. 2017.

LIMA, A. A. de; ALEXANDRE, U. C; SANTOS, J. S. O uso da maconha (Cannabis sativa L.) na indústria farmacêutica: uma revisão. **Research, Society and Development**, [S. I.], v. 10, n. 12, p. e46101219829, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i12.19829. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19829>. Acesso em: 15 out. 2022.

LIMA, Maria Clea Marinho *et al*. Uso da Cannabis medicinal e autismo. **Jornal Memorial da Medicina**, v. 2, n. 1, p. 5-14, 2020.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes; ALENCAR, Maria Aparecida Carvalho de. Pesquisa científica: conceitos básicos. ID on line. **Revista de psicologia**, [S.I.], v. 10, n. 29, p. 144-151, fev. 2016. ISSN 1981-1179. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/390>. DOI:<https://doi.org/10.14295/idonline.v10i1.390>. Acesso em: 05 nov. 2022.

MACIEL DE PAULO, Rafael; ABREU, Breno Silva de. Cannabis no gerenciamento de patologias. **REVISA**. 4(2): 136-45. 2015.

SILVA, Carlos Eduardo Gomes; DIAS, Silvana de Brito Arrais. Carga tributária e vantagem competitiva numa organização do terceiro setor de Goiânia. **Revista Especialize On-line IPOG**. 6. ed., n. 3, vol. 01. 2013.

SOUSA, J. R. de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020. DOI: 10.34019/2237-9444.2020.v10.31559. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em: 13 fev. 2023.